

DA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO AOS SEUS USOS NA FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

Nelson Popini Vaz¹
Felipe Côrte Real de Camargo²

Resumo: este artigo propõe uma síntese das discussões acerca da construção da ideia de patrimônio. Buscando entender de que maneira seus desdobramentos levaram a discursos mais sofisticados sobre educação patrimonial e como isso se refletiu no Brasil durante a formação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Patrimônio; preservação; história.

Abstract: this article suggests a synthesis on the discussions about the construction of the idea of heritage. Attempting to understand in which manner its unfolding lead to more sophisticated speeches about heritage education programs and how this reflected in Brazil during the formation of SPHAN (Service for the Historical and Artistic National Heritage) at the first decades of XXth century.

Keywords: Heritage; preservation; history.

Traçar uma história do patrimônio nos leva à formação da própria ideia de patrimônio, em qualquer uma de suas variações atuais, quais sejam histórico, arquitetônico, artístico, cultural, em suma, material ou imaterial. Todos que se defrontaram com essa tarefa acabaram por escrever uma história do patrimônio em seu país ou região. Tal limitação não se deve a um eventual “pequeno alcance” dessas pesquisas, pelo contrário, escrever uma história do patrimônio é pensar, dentro de seu contexto, como surgem as preocupações com o que deve ser preservado, e mais, com o discurso, mormente o discurso imbuído de nacionalismo, sobre o passado.

Funari e Pelegrini (2009) estabelecem de modo resumido, uma cronologia em três tempos sobre como chegamos até as bases de nossa ideia atual de patrimônio. Primeiramente têm-se a noção latina de *patrimonium* que no Direito Romano estava ligada ao mundo privado, aristocrático. Referia-se aos bens transmitidos aos herdeiros, ramo do chamado *Res in patrimonium* (na classificação das coisas integrava o patrimônio de um particular).

¹ Arquiteto e Urbanista, professor do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (PGAU-Cidade) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Historiador, mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em História na Universidade de Bristol (Reino Unido).

Na Idade Média o patrimônio passou a ter um caráter mais simbólico e coletivo. As relíquias religiosas, na grande maioria forjadas, eram objeto de desejo dos mais abastados que buscavam, por meio da posse de algo sagrado, uma proximidade com a santidade e com o perdão. Para entender tal proximidade basta que lembremos a prática da venda de indulgências; longe de ser uma prática anedótica, seu comércio foi central na história da Europa. Por meio da oposição a tal expediente movimentos eclodiram e seus desdobramentos atingiram e modificaram toda a vida social do mundo conhecido à época.

A divisão social do medievo colocou a Igreja em uma posição extremamente privilegiada, ao mesmo tempo, esta instituição exercia um papel importante na mediação da sociedade. Com o poder político fragmentado na maior parte do continente europeu durante esse período, a Igreja Católica servia de baliza e de garantia do poder político, econômico, cultural e social. Atrelando a culpabilidade e a responsabilidade, forjou-se uma singular consciência política, reforçando o elo entre posse e obrigação religiosa. Dado esse papel de grande proeminência da Igreja Católica, os sentidos religioso e aristocrático conviviam com o coletivo.

No Renascimento com o retorno aos padrões estéticos da Antiguidade Clássica, o antiquariado passou a exercer grande fascínio e se difundiu pela Europa. Porém, pontuam os autores, a noção moderna de patrimônio não surge do antiquariado simplesmente, nem que este tenha se extinguido com o advento da moderna noção patrimonial:

Alguns estudiosos enfatizam que o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, do Antiquariado que, aliás, nunca deixou de existir e continua até hoje, na forma de colecionadores de antiguidades. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 13).

A seleção do que deve ser preservado e do que pode evanescer com o tempo sempre foi importante ponto de discussão dos Estados Modernos. Os conceitos então em (trans)formação de nação, território e patrimônio se relacionavam de maneira a justificar os nascentes Estados Nacionais. Como esclarece Demétrio Magnoli (1997), o Estado deixou, neste momento, de estar personificado na figura do monarca, que o transportava para onde fosse, e passou a estar na

territorialidade, no espaço geográfico delimitado por fronteiras políticas justificadas geográfica e historicamente. A idéia de nação, desenredam Funari e Pelegrini, deriva do hebraico Goim (יהודי) que significa “nações”, porém no sentido presente na Torá estaria mais próximo do atual conceito de povos. Em um desdobramento mais moderno “A palavra nação deriva do latim, vem do verbo nascer e, originalmente, referia-se apenas ao local de nascimento” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.14).

Eric J. Hobsbawm, em seu fundamental estudo sobre nações e nacionalismos, elucida que “o sentido moderno da palavra não é mais velho do que o século XVIII” (HOBSBAWM, 2011, p.13), porém conclui “que os dois últimos séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva” (HOBSBAWM, 2011, p.11). Apesar de os desdobramentos dos estudos sobre nações e nacionalismos serem vários, cremos que a ponderação do historiador britânico é fundamental para dar prosseguimento ao nosso raciocínio sobre Estado, território, nação e a idéia de patrimônio:

como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária, ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação (HOBSBAWM, 2011, p. 20).

Segundo Hayden Whyte (1995), Françoise Choay (2006) e Dominique Poulot (2009), é com a Revolução Francesa que as ideias de restauração e preservação de monumentos e documentos históricos foram postas em prática. Os revolucionários franceses, seguindo uma linha já traçada pela filosofia iluminista, utilizaram a história como pedra de toque da consciência nacional e revolucionária. Criou-se ainda na França revolucionária uma comissão “dos monumentos”, obra de Mirabeau e Talleyrand, que chegou a compreender dez seções, entre elas a de tombamento.

A preocupação com a preservação, principalmente de bens imóveis, já estava dada no imaginário iluminista, dentro e fora da França. Porém, foi a partir do momento citado que surgiu uma espécie de disputa pela memória. O que deveria ser preservado, considerado patrimônio, não seria mais ponto pacífico. Lutas políticas, o surgimento de novas idéias e a aceleração das transformações na sociedade,

trazidas pelas revoluções industrial e francesa,³ deram vazão ao entendimento de que a memória, o patrimônio e, mormente, a história formavam instrumentos de construção de identidade e, logo, de legitimação:

A materialidade das coisas podia servir de vínculo entre a história e a posteridade, encarnar uma lição do passado que corresponde a afirmação dos princípios; ela era não tanto uma ameaça para a experiência revolucionária, mas uma possibilidade de elaborar a definição abstrata da nação, ao manifestar sua realidade concreta (POULOT, 2009, p. 89).

Das agitações francesas do final do século XVIII ao século XX várias foram as propostas de seleção e de conservação do patrimônio – na maioria prédios e monumentos. A crescente formação de países e, junto a eles, o fomento dos nacionalismos, tornaram a questão do patrimônio muito mais diversa e subjetiva.

Foi a partir do começo da década de 1930 que especialistas procuraram equalizar um entendimento sobre patrimônio. Os vários conflitos do início do século XIX e as duas grandes guerras subsequentes levaram pesquisadores, bem como a sociedade, a se indagar quais os riscos que estavam postos na manutenção de uma história que não deveria mais ser entendida como de uma nação somente, mas como riqueza de todos os povos, um patrimônio comum. A identidade na diversidade deu a tônica desta busca.

As sucessivas cartas⁴ elaboradas sob a égide da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) refinaram a ideia de patrimônio, ampliando gradativamente seu escopo de entendimento sobre quais os bens que deveriam ser preservados e restaurados, bem como quais ações poderiam ser promovidas nesse sentido. Porém a indagação norteadora deste artigo diz respeito à fonte na qual tais ideias acerca do patrimônio, ou sobre o que deva ser considerado como tal, vão buscar (e exercer) suas justificativas e legitimações.

Seguindo o conceito de cultura de Homi Bhabha (2003), poderíamos afirmar que o patrimônio, no sentido mais corrente do termo, tem sido utilizado, no máximo, como celebrante da diversidade cultural, servindo, conseqüentemente, como

³ Como esclarece Eric Hobsbawm “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (HOBSBAWM, 2004, p. 83).

⁴ Para uma lista dos documentos produzidos pela UNESCO: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/>

abafador da diferença cultural. Pois este representa, na visão de Canclini (1997), a materialização incontestável e perene de uma herança que é vista como justificadora de posições e construções que levariam a um passado quase mítico, uma espécie de ponto de origem.

Já Françoise Choay, afirma que o patrimônio tem servido como um “espelho de narciso” no qual uma dada sociedade admira, incansavelmente, sua própria imagem, não buscando, assim, sua própria identidade dentro do tempo-espço. Neste sentido a autora afirma, citando John Ruskin, que produzir arquitetura histórica é produzir uma arquitetura contemporânea (CHOAY, 2006, p. 255), ou seja, dar espaço às criatividade euevas é possibilitar a construção do patrimônio futuro, pois uma sociedade que mira-se no espelho de narciso perde-se na “síndrome patrimonial”, passando a mimetizar sistematicamente o passado.

No caso da América Latina, Canclini (1997) chama a atenção para um cenário com uma peculiaridade que merece ser destacada. Diz o autor que nesta parte do globo ao mesmo tempo em que as tradições não se foram, a modernidade não terminou de chegar. As sociedades latino-americanas não se cansaram de oferecer exemplos destas traduções culturais que promovem movimentos estrangeiros e que são incorporados – muitas vezes com mais pujança do que seus originais – às culturas nacionais. A Argentina do século XIX, por meio da *generación de 37*⁵, e o Brasil com o movimento modernista, demonstraram que estas traduções não somente inserem elementos outros nos panoramas nacionais como promovem certo hibridismo que possibilita o engendramento de novas expressões culturais.

No caso brasileiro e de sua “antropofagia” temos uma leitura basilar para explicar a forma de assimilação e transformação de elementos na cultura (que se constrói como) brasileira. No caso argentino, toda uma geração de intelectuais formada no que se reconhece como “tradição francesa” reivindicou uma identidade ao mesmo tempo em que utilizou como esquadro a cultura europeia; promoveu-se

⁵ O grupo conhecido como “geração de 37” era formado por jovens universitários argentinos oriundos da primeira geração pós-independência. Buscavam uma raiz cultural e um rumo para a cultura argentina, não raro buscando na França e na Inglaterra modelos que desejavam implantar na jovem nação. Com a chegada de Rosas ao poder surgiram divergências o que levou a maioria de seus expoentes ao exílio.

assim uma relação binômica entre civilização e barbárie⁶ que é explorada até os dias de hoje para eleição dos patrimônios e da memória naquele país platino.

Percebe-se em ambos os exemplos a tentativa de construir a memória, narrativa que terá o papel de amalgamar ou escamotear as rupturas, justificando e estendendo as permanências. De acordo com Jacques Le Goff, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). Ao mesmo tempo em que salienta esta necessidade, sempre crescente, de memória, admoesta o historiador:

Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2004, p. 470).

A utilização do verbo “construir”, quando se trata da memória, não deve ser entendida como a fabricação de algo “artificial” em detrimento de uma possível memória “autêntica”, “original”, que, possivelmente, poderia ser acessada por algum método. Os processos dessa construção já são, em si, estes momentos singulares nos quais se poderá inquirir sobre motivações e escolhas utilizadas para sua demarcação. Os processos de disputa pela memória também são lídimos de serem entendidos como processos originários (sendo estas disputas, paradoxalmente, ao mesmo tempo, oriundas da memória estabelecida). Assim, é importante estabelecer, principalmente para o estudo da idéia de patrimônio, que tais processos de construção e de disputa instituíram marcos que definiram, e podem vir a definir, outras memórias possíveis.

⁶ O livro que marca esta geração, de autoria de Domingo Sarmiento, é a tônica desta retórica do antagonismo. Refiro-me a SARMIENTO, Domingo. **Facundo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

Documento e Monumento

Antes de estabelecer um entendimento da formação patrimonial mostra-se importante uma melhor definição de documento e de monumento no contexto das ciências humanas.

Documento é uma palavra que deriva da latina *docere* (ensinar, demonstrar), e progressivamente teve seu significado estendido para “prova”, algo que continha a verdade dos acontecimentos. No meio jurídico o documento possui esta função de comprovar a existência, a posse, o direito. Até o início do século XX, para as ciências humanas, o documento teve este peso de prova incontestável, de material que traz o fato. Tais certezas foram abaladas com o surgimento de novas disciplinas e métodos que questionavam a exatidão possível de ser reconstituída com base nos documentos e na primazia do acontecimento.

A corrente historiográfica conhecida como “História Nova”, majoritariamente forjada dentro da “terceira geração dos *Annales*”, embora ratifique o papel do documento como primordial para a construção da narrativa histórica, determinará a ampliação do que deve ser analisado e entendido como tal. Na obra “*La nouvelle histoire*”⁷ não só o entendimento de documento foi estendido mas também a abordagem individual dos atores históricos deu lugar aos grupos e coletividades:

[...] liando-se às diversas ciências sociais, os historiadores dos *Annales* encontram um novo campo de pesquisas, enorme e diversificado. Mas só puderam empreender tais pesquisas porque construíram outra concepção do tempo histórico. Caso contrário, estes objetos teriam continuado invisíveis e inabordáveis (REIS, 2006, p. 93).

Por sua vez, o termo monumento, foi definido por Jacques Le Goff da seguinte forma:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2004, p. 535).

⁷ No Brasil esta obra foi editada em três volumes: “História: Novos Problemas” (1976); “História: Novas Abordagens” (1976) e “História: novos objetos” (1976).

Em Roma o monumento já era entendido como algo material, uma construção, uma estátua, um marco, que deveria evocar uma memória com fins pedagógicos e cívicos. Até a atualidade o monumento, no seu entendimento mais comum, é o objeto que evoca a memória, de fácil reconhecimento e entendimento, e que buscará evocar uma reminiscência fundamental para certo grupo; tal grupo, não raramente, procura se impor como única memória sobre outras possíveis. É interessante observarmos antes o processo de junção que ocorre entre monumento e patrimônio e, após, como ocorreram seus usos a partir da ideia de nação nos séculos XIX e XX.

Do monumento ao patrimônio

Com as agitações sociais que ocorreram após a primeira metade do século XVIII, a preocupação com os monumentos, mais especificamente com a preservação destes, ocupou um lugar cada vez maior na agenda política. O exemplo mais eloquente é o da monarquia de Julho⁸ - ocorrida na França - que instituiu uma inspetoria dos monumentos históricos durante a gestão de François Guizot⁹. Segundo Choay, essa preocupação seria oriunda da série de vandalismos praticados contra monumentos, fato este que teria ferido os brios dos iluministas que enxergavam nos monumentos poderosos instrumentos didático-pedagógicos (CHOAY, 2006, p. 56).

Foi neste ambiente que se formou o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, responsável por lançar as bases da restauração moderna. Le-Duc extrapolou a noção então vigente de conservação propondo uma interferência que pudesse trazer ao patrimônio em questão suas características originais em um dado momento histórico.

Esse pensamento do restauro erigido por Le-Duc foi chamado por Ambrogio Annoni de “método romântico ou de reintegração estilística” (LE MOS, 2010, p. 73), pois buscava uma depuração que retirasse todas as intervenções feitas após a construção em questão. Como esclarece Carlos A. C. Lemos:

⁸ Nome dado ao período do reinado de Luis Filipe de Orleans que vai de 1830 a 1848.

⁹ Historiador e político francês que desempenhou papéis de grande destaque durante a Monarquia de Julho.

Os edifícios com acréscimos sucessivos eram impiedosamente 'purificados', isto é, expurgados de quaisquer trabalhos anteriores à fatura original, mesmo que tivessem suas próprias qualidades artísticas bem definidas. Esse comportamento foi geral na Europa toda e, em alguns lugares, praticamente chegou até nossos dias (LEMOS, 2010, p. 74).

Foi a partir do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1931, no qual foi produzida a Carta de Atenas, que se buscou uma harmonização dos métodos de restauro e conservação. Além de questões técnicas o congresso engendrou uma discussão mais aprofundada sobre a questão do patrimônio que se desdobrou em documentos subsequentes, chegando aos dias de hoje com a UNESCO, e mais recentemente com discussões mais específicas nos blocos políticos regionais, reivindicando assim entendimentos mais amplos sobre as questões do patrimônio¹⁰.

Em 1997 a UNESCO criou uma nova categoria dentro dos bens culturais, a de *Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*, também chamado de *Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade*. Este entendimento bastante sofisticado de patrimônio visa proteger as expressões culturais e as tradições que os povos preservam, entendendo que essas são parte integrante de sua identidade.

A *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade*, que entrou em vigor em 20 de abril de 2006, poderia ser classificada, segundo Carlos A. C. Lemos, seguindo seu mestre Hugues de Varine Boham, como protetora de um terço do patrimônio cultural. Segundo a classificação por ele adotada, o patrimônio imaterial seria referente - ao lado do meio ambiente e dos bens culturais:

[...] ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. Vai desde a perícia no rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até as mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem (LEMOS, 2010, p. 10).

¹⁰ São exemplos destas discussões mais especializadas: Relatório de Olinda (2007); Carta de México (2007) e Declaração de Foz do Iguaçu (2008).

Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, em seu artigo 7º, a diversidade cultural é vista como patrimônio da humanidade. E na Convenção a ela relacionada foram elencados os itens que devem ser salvaguardados dado que pertencentes ao patrimônio intangível:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003, p. 5).

Porém, até chegarmos a este entendimento aprimorado de patrimônio, é necessário observarmos de que modo se conjugou a questão patrimonial com a ideia de nação. Se hoje há um claro esforço internacional pela preservação de patrimônios entendidos como da humanidade, deve-se compreender que os usos do patrimônio se desenvolveram no âmbito dos nacionalismos e da construção dos Estados nacionais. Deslindando esta relação, podemos perceber em que horizonte de expectativa estamos trabalhando quando falamos, nos dias atuais, de patrimônio ou preservação patrimonial, seja o material ou o imaterial

Patrimônio e a ideia de nação

Benedict Anderson (2008) classifica a nação como uma “comunidade imaginada”, isto é, um projeto que possui um contexto histórico específico e que implica em uma série de reconstruções e afirmações permanentes, além de certa recepção¹¹ por parte de seus integrantes. Certamente, é central o papel do patrimônio na construção, e permanente negociação, dos vínculos dessas comunidades.

As nações estão calcadas diretamente naquilo que se reconhece como tradição. Eric Hobsbawm e Terence Ranger na obra *A invenção das tradições* (2011) evidenciam que todas as tradições são inventadas em um dado momento histórico. A partir desta constatação, os autores estabelecem a diferença entre a tradição, que

¹¹ Trata-se de termo criado pelo teórico da literatura Hans Robert Jauss no qual classifica o discurso literário como recebido sempre de acordo com uma estrutura de sentido historicamente mediada.

invoca uma permanência de certa memória mesclada com a autoridade de um tempo imemorial, e o costume que se configura através de uma prática reiterada e que pode desaparecer, como reforça a obra *Costumes em Comum* (1998), do historiador inglês E. P. Thompson,.

O patrimônio, mesclado às tradições e costumes, serviu demasiadamente à construção das nações. Outra particularidade é que o patrimônio é o local da cultura que provoca a aliança entre modernizadores e conservadores, pois representa a materialização incontestável e perene de uma herança que é vista como justificadora de posições e construções que levariam a um passado quase mítico, uma espécie de nascedouro. Portanto, para escrutinar a divisão cultural entre tradição e modernidade são necessárias “ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos” (CANCLINI, 1997, p. 2).

Podemos perceber a teatralização do poder, através do patrimônio em suas mais variadas formas, como forma de ritualização e incorporação de uma doutrina oficial, ou de resistência, nas mais diversas esferas do poder.

Canclini (1997) nos fala dos rituais escolares argentinos instituídos por Sarmiento e seu projeto de civilização contra a barbárie; divisão esta já mencionada anteriormente. Este projeto reverberou fortemente na constituição da nação argentina, onde em vários momentos a figura do bárbaro foi associada ao inimigo do Estado¹². Ainda na Argentina temos o caso do General Julio Roca que comandou a Campanha do Deserto, responsável pela dizimação da maior parte da população indígena daquele país. Sua face ilustra a cédula de cem pesos, bem como seu nome designa ruas, praças, distritos, além de possuir uma estátua equestre em sua homenagem no centro de Buenos Aires. Movimentos que o classificam como genocida – como o movimento indígena – lutam para retirar seu nome dos logradouros, sua face da cédula de cem pesos e protestam semanalmente em frente a sua estátua, não raramente atirando balões com tinta vermelha para lembrar o sangue de suas vítimas. A disputa travada aqui no âmbito patrimonial compreende uma luta pela memória, pelo Estado e pela cidade. A afirmação de Walter Benjamin parece então encaixar-se perfeitamente: “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1985, p.225).

¹² Nos documentos oficiais do período de Rosas era comum a inscrição “*Muerte a los selvages unitários*”.

Também na Argentina, os militares, após o golpe militar de 1955¹³, esconderam o corpo de Evita Perón – falecida quase um ano antes - para que uma peregrinação ao túmulo não causasse uma insurreição popular. A imagem de Evita como santa é utilizada amplamente como transgressão cultural para fins políticos.

Em 2010, alegando querer comprovar a autenticidade do corpo de Simón Bolívar, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, exumou o cadáver do prócer em uma cerimônia que associou, uma vez mais, sua imagem com a do Libertador¹⁴.

Com fins e ideologia diversos, o regime militar brasileiro promoveu uma de suas teatralizações do poder durante as comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, em 1972. Os despojos de d. Pedro I foram trazidos ao Brasil em um esforço para associar a imagem do defensor da pátria de ontem ao do “defensor” daquele momento. Apagava-se a descontinuidade de regimes e projetos para solidificar a continuidade de uma ideia de nação.

José Murilo de Carvalho possui uma vasta obra que problematiza tais construções simbólicas na história do Brasil. Em “A formação das almas”, de 1990, o autor traz as lutas pela construção do imaginário, através de seus símbolos, em uma república feita de cima para baixo. Entre os símbolos nacionais historicizados pelo autor estão a bandeira nacional, instituída pelo regime republicano, a permanência do hino nacional do Império – o novo não “vingou”, além da construção da imagem heroica de uma figura de pouco destaque na chamada “Inconfidência Mineira” (nome também oriundo dos tempos coloniais): Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Para criar um lastro de legitimidade republicana traçou-se uma linha simbólica através de uma releitura, bastante questionável, do movimento de 1789, além da aproximação da imagem do inconfidente com a de Jesus Cristo, para que tivesse maior apelo popular. O mártir proscrito durante o império - afinal Tiradentes havia morrido por decreto de d. Maria I, avó de d. Pedro I e bisavó de d. Pedro II – tornou-se um dos principais símbolos da República.

Desse modo observamos os usos diversos que o patrimônio pode receber no âmbito do poder instituído. Assim, trazendo extemporaneamente exemplos desses usos, dá-se a perceber o peso que um órgão responsável pela institucionalização

¹³ Golpe que derrocou do poder o presidente Juan Domingo Perón, ocorrida entre 16 e 23 de setembro de 1955, foi chamada à época de “Revolução Libertadora”.

¹⁴ <http://www.noticias24.com/actualidad/noticia/163595/durante-exhumacion-de-restos-de-bolivar-yo-los-vi-llorando-a-todos-lloramos/>

material da memória pode ter. O caso brasileiro merece especial atenção, por sua formação política distinta, até entre seus pares sul-americanos.

A seleção do patrimônio e seus usos na história brasileira

Márcio Souza (2000), em seu livro *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*, nos oferece uma leitura pouco usual do que se convencionou chamar de políticas culturais no Brasil. Lê-se, frequentemente, um discurso que afirma a incapacidade do Estado brasileiro de implantar políticas culturais, e que este, quando conseguiu fazê-lo, o fez de modo descontínuo. Souza aponta através de uma fluida argumentação que houve uma continuidade das políticas culturais no Brasil.

Para Souza (2000), então, teríamos duas grandes vogas da política cultural no Brasil: a primeira, ainda quando colônia portuguesa, com a vinda dos Bragança para o País, possibilitando que em poucos anos um aparato artístico e cultural fosse instalado no Rio de Janeiro, e a segunda com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas e seus correligionários. Estes dois programas modelares de política cultural, segundo o autor, seriam o exemplo cabal da continuidade, e relativo sucesso, de ambas as empreitadas. No caso da primeira, escreve:

O primeiro dos programas, que vai de 1808 a 1929, foi capaz de promover investimentos no campo cultural em igualdade de condições com os demais segmentos da economia, como o objetivo imediato de melhorar o nível social de uma colônia atrasada, mas fez tanto sucesso que acabou por durar mais de um século. Este programa ousado, que nunca foi chamado de política cultural, teve origem na transferência da Corte para o Rio de Janeiro, transformou-se em pressuposto político e conseguiu atravessar o Império e toda a República Velha (SOUZA, 2000, p. 16).

Apesar do entusiasmo do autor e de seu argumento, poderíamos colocar uma série de senões à sua narrativa somente levando em conta questões como o anacronismo de algumas de suas ponderações e o fato de que estas “políticas” foram, muitas vezes, tão somente fruto de condições dadas e/ou impostas, longe de se tratar de um programa planejado. Porém é bastante interessante notar que o cerne de sua argumentação é extremamente válido quando consideramos que o pensar a política cultural, muitas vezes nos leva a outro anacronismo, o de querer que os gestores e administradores do passado tivessem a clareza, que só se

desenvolveu posteriormente, sobre o papel da cultura, ou ainda, de compará-los com outros países com realidades bastante distintas.

O caminho da preservação patrimonial no Brasil

A preocupação com a preservação dos vestígios de um passado brasileiro deu-se no contexto de realização do que convencionamos chamar de “interpretações do Brasil” – modo pelo qual ficaram conhecidos nas ciências humanas os trabalhos que buscaram, no início do século XX, engendrar um esforço interpretativo da história e da realidade brasileira, utilizando teorias das mais variadas áreas das ciências sociais e humanidades. Melhor do que utilizar uma divisão cronológica para localizarmos temporalmente estes esforços interpretativos é nos juntarmos a Bernardo Ricupero (2008) que analisando, em seu livro, sete destas obras de “interpretação do Brasil”, afirma: “[...] o tipo de trabalho que examinaremos apareceu especialmente num certo período da história do país, entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais pleno da universidade, a partir da década de trinta do século XX” (RICUPERO, 2008, p. 21).

Entender as preocupações com o patrimônio histórico - hoje entendido de modo mais amplo sob a égide do patrimônio cultural - dentro de seu contexto, mais do que ampliar a capacidade de entendimento do fenômeno, é despir-se, já de início, de uma busca pela origem, pelo começo, pela faísca que iniciaria algo de modo demiúrgico. Dois são os movimentos dentro da história nacional que podem fornecer subsídios para compreendermos o surgimento desta preocupação com a preservação patrimonial.

O primeiro seria a preocupação do Império em realizar a solidificação da independência política do Estado nascente, o que se buscou através de reconhecimentos formais por parte das outras nações, da unificação de seu território, feita através da extrema centralização do aparelho administrativo burocrático e aquilo que é mais importante para este trabalho: o Império preocupava-se em demonstrar, principalmente para a “civilização” europeia, que subjulgava a natureza e formava, assim, um Império nos trópicos. Esta visão, claramente produzida através de fotografias, tem sua mais expressiva materialização no *Album de vues Du Brésil*, feito para a Exposição de Paris de 1889.

O livro foi considerado um epitáfio do império que observava então, sabidamente¹⁵, seus últimos dias.

O segundo movimento faz parte do projeto republicano de fazer-se um regime de governo legítimo, pois a maioria da população permanecia alienada do processo político¹⁶. Se anteriormente havia sido necessário inventar o Brasil, agora era necessário explicá-lo, entendê-lo e, preferencialmente, reinventá-lo; inventar, finalmente, o Brasil republicano.

Como todo movimento de legitimação, era necessário encontrar origens, preferencialmente aquelas que demonstrassem uma nação una, indivisível e que marchava para o futuro sem fissuras em sua história. Neste ínterim a intelectualidade brasileira, dentre outras preocupações, começava a demonstrar certa preocupação com sua cultura, suas raízes e com os vestígios que poderiam ter fins pedagógicos para a formação da identidade brasileira. Longe de ser uma iniciativa surgida espontaneamente, a preocupação com a preservação patrimonial, muito provavelmente, deve-se à chegada ao Brasil de informações sobre as primeiras convenções internacionais, realizadas na Haia, sobre o tema, entre os anos de 1889 e 1907. A elite dirigente brasileira, com um habitual olhar eurocêntrico, certamente acompanhava os movimentos internacionais.

O primeiro registro oficial e burocrático de uma iniciativa para conservação patrimonial no Brasil data do ano de 1920. Nesse ano o professor Alberto Childe, conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, elaborou um anteprojeto de lei que versava sobre a defesa do patrimônio histórico e artístico no Brasil. Este anteprojeto foi realizado a pedido do professor Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas-Artes (MALHANO, 2002, p. 80) e então diretor do Museu Nacional.

A partir daí uma série de projetos e leis isolados tentaram dar conta de ampliar tanto a proteção quanto o método além dos bens a serem protegidos e preservados no Brasil. A esse primeiro seguiram o “projeto complementar impedindo a saída do país das obras de arte de cunho representativo na Constituição de nosso passado nacional, sem a permissão do governo federal” (MALHANO, 2002, p. 82),

¹⁵ Uma das inúmeras evidências é a ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros de mandar timbrar os novos documentos das repartições no exterior, em 1889, apenas com o nome do país, Brasil, e não mais Império do Brasil.

¹⁶ Esta visão pode ser melhor explorada na obra: CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987

de autoria do poeta e deputado Antônio Augusto de Lima, no ano de 1924. Tal projeto foi arquivado pelo conflito que criava com o conceito de propriedade privada vigente na Constituição de 1891.

A preocupação com a evasão de obras de arte e de peças pertencentes ao patrimônio histórico brasileiro tornou-se preocupação também dos estados. Em Minas Gerais uma comissão foi formada para buscar uma solução jurídica, nos moldes do projeto do deputado Augusto de Lima. O jurista Jair Lins, membro da comissão designada para redigir o projeto, recorreu à legislação de vários países para reforçar seu argumento visando uma flexibilização do direito de propriedade ante o interesse da coletividade e do Estado, porém,

Não existiriam motivos para o Estado impor, numa concepção jurídica, sua proteção. O jurista lembra, ainda, que as leis européias de proteção recorriam ao direito de preferência quanto à transmissão de propriedade, ao direito de impedir que estes objetos se entregassem, ao direito de desapropriação e ao direito de barrar fronteira, proibindo a saída dos objetos. No Brasil, a Constituição não poderia impedir a saída dos objetos caso o proprietário assim o quisesse (MALHANO, 2002, p. 83).

O conflito entre patrimônio e propriedade privada foi um dos maiores entraves para a consolidação das políticas patrimoniais no Brasil; o problema só foi resolvido, em parte, pela Constituição Federal de 1988, embora a função social da propriedade já estivesse no texto constitucional de 1934.

Seguindo o projeto de Minas Gerais, os estados da Bahia e Pernambuco criaram suas Inspetorias de Monumentos Históricos, em 1927 e 1928, respectivamente. A inquietação sobre estabelecer alguma salvaguarda ao patrimônio histórico brasileiro continuou tomando corpo até o projeto de lei do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, que, arrefecendo a tônica proibitiva do projeto anterior, pretendia organizar a “defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”. Com a Revolução de 1930 seguiram-se três decretos na mesma direção dos projetos de preservação patrimonial: o de 12 de abril de 1933, elevando a cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional; o de 11 de maio de 1933, que instituiu a regulamentação e fiscalização de expedições científicas ao Brasil e o de 14 de julho de 1934, que organizava o Museu Histórico Nacional, iniciativa de Gustavo Barroso, político, historiador e membro da Academia Brasileira de Letras.

A ruptura que o regime varguista promoveu entre o novo e o moderno, a partir de 1930, assentava-se sobre uma estrutura de poder bastante tradicional. A própria figura do líder que guia a nação se alimentava do imaginário monárquico de uma população que até então não assimilara a República.

Para Souza, a segunda política cultural era reinante até 1999, ano em que escreveu a referida obra. Tal política teria seu corolário no que o autor denomina de “projeto cultural de 1937”:

O segundo programa, que pode ser datado de 1937 e segue até os dias de hoje, nasceu das crises dos anos 30, da imensa reformulação do Estado e de uma opção histórica. Por isso foi concebido de forma mais consciente e com claros objetivos hegemônicos que privilegiavam a cultura ibérica. Uma política acirradamente conservadora, que desejava fabricar um passado e moldar um futuro, ancorando-se num ultramodernismo extremamente aderente ao desejo de inventar uma nação e forjar um povo (SOUZA, 2000, p. 16).

As últimas questões colocadas por Souza (2000) são chave para entendermos o surgimento, a tônica e o papel do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na agenda que então se formava. Abrigados no Ministério da Educação e Saúde, do conservador Gustavo Capanema, o nascente órgão implantou uma política cultural de preservação calcada no ideário modernista com o intuito de forjar a identidade de um povo que, em larga medida, também estava sendo criada naquele momento.

A criação do SPHAN foi fundamental para a seleção do que seria eleito como o patrimônio brasileiro, e de quais seriam os elementos legítimos da constituição do estado brasileiro. Clara Malhano (2002), em seu livro *Da materialização à legitimação do passado*, demonstra como um projeto mais democrático culturalmente foi suplantado por outro que privilegiava bens (móveis e imóveis), principalmente do período colonial (barroco) além de guiar-se por outros critérios, políticos e religiosos. O projeto original de Mario de Andrade deu lugar ao de Gustavo Capanema e de Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Na visão de Carlos Lemos a atuação destes foi bastante precavida, pois:

O recém-instituído SPHAN não poderia mesmo abrir imenso campo de obrigações preservadoras, sendo oportuna uma restrição ligada ao ‘interesse público’ nas suas atribuições funcionais, principalmente à vista das graves implicações jurídicas que fatalmente surgiriam no tocante ao direito de propriedade relativo a bens móveis que, com

certeza, iriam sobrepujar sobremaneira em quantidade os bens imóveis. Não só problemas jurídicos mas também de fiscalização, de conservação, de guarda, de documentação, de classificação, que hoje ainda não sabemos como resolver com correção administrativa e êxito garantido. É bom lembrar que um parágrafo do artigo 19 (...) incluía também na lista dos bens preserváveis os 'monumentos naturais' e os 'sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana' (LEMOS, 2010, p.45).

Desde seu início o SPHAN, teve por baliza seus livros do tomo. O anteprojeto de Mario de Andrade não contemplava áreas entendidas naquele período como somente "naturais", sua preocupação foi, então, somente voltada às questões "culturais".

A criação do SPHAN, pelo Decreto-Lei nº 27 de 1937, instituiu quatro livros do tomo, sendo um deles o Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico. Como aponta o geógrafo Rafael Winter Ribeiro: "A criação de um livro do tomo paisagístico revela que desde aquele momento havia o interesse em se considerar bens de natureza paisagística como patrimônio nacional" (RIBEIRO, 2007, p.69). Porém, a predominância do valor estético nos bens a serem tombados levou a certa hierarquização desses livros, como ressalta Italo Campofiorito (1985, p.33) "os livros, que deveriam servir para classificar os bens culturais, foram pouco a pouco se hierarquizando". O desconhecimento de avanços nas questões históricas e da paisagem, que se justificam de certa forma, no momento histórico da criação do SPHAN, tornou-se crônico e perdurou até o final dos anos 1960,

[...] embora não fosse admitido explicitamente, na prática, o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes (FONSECA, 2009, p.114).

Como é sugerido pelos trabalhos de Fonseca (2009), Malhano (2002) e Ribeiro (2007), a predominância de arquitetos nos primeiros anos do SPHAN, e após 1946, DPHAN (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), fez com que o bem arquitetônico fosse privilegiado pela instituição. Longe de tratar-se de uma preferência burocrática ou reserva de mercado, a predominância de arquitetos pode ser explicada pelo cenário acadêmico brasileiro nos anos 1930.

Com as opções que se apresentavam nos anos 1930 no Brasil, o arquiteto era o profissional que estava mais próximo de realizar uma análise que considerasse a arte e a técnica, aliando esses elementos ao saber acadêmico necessário para a instituição ter uma voz de autoridade. Embora muito rica em intelectuais, a sociedade brasileira passou a contar com diplomados, nacionalmente, nas áreas de ciências humanas e sociais somente após 1937.

Além do quadro brasileiro, as questões patrimoniais estavam bastante ligadas internacionalmente ao patrimônio arquitetônico, reflexo, em grande parte, da segunda guerra mundial que havia devastado grande parte da Europa e forçado a reconstrução de muitas de suas cidades, além da perda de muitos de seus monumentos.

Voltemos a 1967, período em que o SPHAN, de acordo com a obra mais citada sobre a história da instituição, de Maria Cecília Londres Fonseca (2009), chama de “fase heroica”. Esta fase teria ido da criação do órgão em 1937 até a saída de Rodrigo de Melo Franco. A “fase heróica” se caracteriza não somente pelo esforço de construir um órgão com interesses, aparentemente tão secundários à administração pública como pela imagem de heróis que estes construíram para alguns funcionários do SPHAN/IPHAN, como esclarece Fonseca:

Nessa tarefa [de organização do SPHAN], exerceram, ao mesmo tempo, a função de intelectuais e de homens públicos, e marcaram sua presença no serviço iniciado em 1936 – mais, talvez, que em qualquer outra instituição estatal de que tenham participado naquele período – de forma tão profunda e duradoura que, até hoje, para alguns, o SPHAN dos anos 30-40, o SPHAN “de doutor Rodrigo”, é o verdadeiro SPHAN, tendo se tornado praticamente sinônimo de *patrimônio* (FONSECA, 2009, p.82).

Este caráter heroico foi reforçado pela percepção de que graças aos tombamentos em grande número nos primeiros anos do SPHAN fora possível manter o órgão, além de relativa autonomia, após o golpe militar de 1964. Dalmo Vieira Filho¹⁷ ressalta a visão que esses funcionários possuíam do Brasil e de como a “fase heroica” possibilitou que o órgão mantivesse relevância:

O patrimônio protegido tem que ter a dimensão do país, inclusive das transformações do país, uma coisa que a gente checou, tenho isso até graficado (...) que nós verificamos foi o seguinte: o grande impulso que estruturou, que permitiu que o

¹⁷ Arquiteto do IPHAN desde 1983, ex-Diretor do IPHAN em Santa Catarina e atual Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

IPHAN resistisse a coisas como o “revolução de 1964” foi a intensa atividade dos primeiros anos, o número muito grande de preservações pelo Brasil inteiro e num momento em que as comunicações eram precaríssimas, uma verdadeira aventura. É claro que os processos foram sumários, mas foi isso que garantiu o lastro de significância para o IPHAN (Informação verbal).¹⁸

Parte deste caráter mítico imputado aos idealizadores e primeiros quadros do serviço deve-se a própria idealização do modernismo como movimento. Principalmente a partir da década de 1970, em parte pela releitura do modernismo realizada pelo tropicalismo, o modernismo passa a ser o ponto de inflexão da arte e da cultura brasileiras. Na crítica de Luís Augusto Fischer, essa centralidade do modernismo na interpretação da vida cultural brasileira teria causado o que ele chama de “modernismocentrismo”. Assim:

Fechado este abraço que a força histórica comandada por São Paulo ia dando, nada restou fora de ser alcance: o modernismo, aquele exclusivamente ligado à Semana de 22 segundo a depuração que podemos chamar, sem maior rigor, de tropicalista (que exclui os Menotti del Pichia e os Graça Aranha do cenário), o modernismo agora era a lente certa e única para ler tudo, do começo ao fim: da formação colonial, agora ressubmetida a avaliação, até o futuro, que já tinha sido alcançado e era, então, mera decorrência do que já estaria, para sempre, previsto e mesmo desempenhado pelos mártires do novo panteão. O mundo da invenção estética brasileira passou a viver essa aporia conceitual – tudo que vale é modernista, sendo que o modernismo ao mesmo tempo já aconteceu e é a coisa mais moderna que se pode conceber -, aporia cuja configuração banal aparece nos livros escolares e na crítica trivial com a patética seqüência pré-modernismo>modernismo>pós-modernismo, tomados como capazes de descrever tudo que o século XX (o XXI também, claro) já produzira, produzia e viria ainda a produzir. Essa aporia foi plenamente aceita e até naturalizada: todas as tentativas de invenção, em todos os campos, daí por diante, seriam quando muito atualizações de propostas ou de ações ou de desejos já plenamente configurados ou em Mário ou em Oswald. Fora disso, tudo era regressivo, conservador, caipira, regionalista, qualquer coisa assim de péssimo (FISHER, 2013, p.62).

Como o próprio autor explicita, é um reducionismo bastante grande atribuir toda esta voga de transformações e toda a conjuntura da vida cultural brasileira ao modernismo. Há de se levar em conta a bagagem, o capital cultural, destes atores, que, entre outras coisas, deram origem e corpo ao modernismo, mas que são,

¹⁸ Entrevista ao autor em 13 de junho de 2013.

mormente, produtos do período histórico em que viveram e produtores de uma vanguarda. A celebração do modernismo como marco transformador, sem maiores questionamentos, retira-lhe a potência e a carga explicativa que torna o movimento, e seus resultados, algo passível de problematização. Jean Baudrillard escreve, acerca do bicentenário da Revolução Francesa, que a celebração de um movimento revolucionário é o esvaziamento de seu sentido real, que é o de subversão, de criação de novos valores.

Tal postura foi, em muito, capitaneada por Mario de Andrade que em dado momento arvorou-se no papel de porta-voz do modernismo e arauto da Semana de 1922. Na comemoração de 20 anos do movimento, em 1942, esse papel ficou bastante evidente, como explica Fischer:

[...] considerando, retoricamente, que muitos críticos alegavam, naquele momento, que o movimento modernista tinha ficado incharacterístico, dada a extrema variedade de obras que haviam aparecido nos tempos recentes, Mário se valeu de um golpe verbal de extrema eficácia – declarou que isso mesmo era a razão de ser do modernismo. Tudo aquilo que se via era, então, modernismo, sendo que modernismo era aquilo que Mário de Andrade dizia que era: proposição fechada sobre si mesma, cobra mordendo o rabo, não para desaparecer, mas para tornar-se tudo, tornar-se o todo (FISHER, 2013, p.62).

Por que esta crítica tem tanto espaço em um artigo que possui o IPHAN entre seus atores? Pelo fato que está na sociodiceia¹⁹ de criação do órgão que muitas de suas limitações teriam vindo *ab ovo* do cerceamento do projeto original de Mário de Andrade. Várias são as obras, inclusive editadas pelo IPHAN, que trazem a modificação do projeto piloto de Andrade entre as razões que teriam levado a erros na política patrimonial até décadas depois.

Aqui cabe uma ponderação histórica: o SPHAN é fruto das circunstâncias dadas à época, certamente o projeto de Rodrigo de Melo Franco possui adaptações, porém estas não se devem, totalmente, a sua visão de cultura, ou de preservação patrimonial, mas de conhecimento do Congresso Nacional e do *status quo* do regime varguista.

¹⁹ Refiro-me aqui ao conceito usado por Pierre Bourdieu ao falar da necessidade de a classe dominante fornecer uma justificação teórica para o fato de serem privilegiados. BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Neste ponto é o próprio Mario de Andrade que desfaz as ideias sobre a suposta perfeição ou imutabilidade de seu projeto. Ciente dos meandros da política brasileira naquele momento e de que não era conhecedor da totalidade dos detalhes dos regramentos na área da cultura, escreve a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 29 de julho de 1936, e observa os limites de sua proposta - objetada então por Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional à época-, afirmando: “O que fiz foi teoria e acho bom como teoria; sustentarei minha tese a qualquer tempo” (FONSECA, 2009, p.103). Ainda sobre seu anteprojeto, Mario de Andrade sabia das modificações que este poderia sofrer, e, talvez, por conhecer minimamente o *modus operandi* do serviço público²⁰, buscou uma proposta abrangente, com “muita gordura para queimar”, o que fica explícito na mesma carta citada, em trecho selecionado por Fonseca:

Dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias o que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto (FONSECA, 2009, p.103).

A vitória que trouxe um caráter realmente heroico à gestão de Rodrigo de Melo Franco no SPHAN foi a solução política e legal ao maior problema que o órgão enfrentaria e ainda enfrenta no âmbito prático: a questão da propriedade. A propriedade que se circunscribe aqui é a fundiária, a questão da posse da terra e seu uso para multiplicação do capital, na maior parte, através da especulação.

Esta mudança que tornou possível o instituto do tombamento, torna-se necessária quando da mudança do conceito de paisagem, que balizou uma transformação fundamental na relação que o órgão federal possuía com o patrimônio, bem como sua relação com seus livros do tomo. Foi a mudança no conceito de paisagem que tornou possível, em um primeiro momento, uma maior preocupação com o entorno das edificações tombadas e, após, com as paisagens tomadas como patrimônios, não mais dependentes do patrimônio edificado.

Mesmo com suas variadas renomeações, fusões, desmembramentos, até sua formatação atual - instituída pela Medida Provisória nº752 – o, hoje, IPHAN

²⁰ Importante salientar que Mario de Andrade afirma o contrário no trecho citado logo abaixo.

conseguiu acompanhar e traduzir para o Brasil as tendências das políticas patrimoniais internacionais. A formulação de um conceito de paisagem cultural e sua posterior aplicação como chancela, a partir de 2007, demonstrou que o órgão se encontra à altura de novos desafios. Porém as batalhas pela memória permanecem, a eleição do que é, ou virá a ser, patrimônio ainda enfrenta influências poderosas, como o mercado imobiliário.

Diferente do passado, a atual resposta para essas disputas pela eleição e preservação patrimonial não se dá pela via burocrática e legal, mas pela capilarização de suas ações. Cursos de formação, prêmios, concursos, mestrados profissionais, parcerias em programas de pós-graduação e a independência da diretoria de museus, que tornou-se o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), demonstram um fortalecimento da política patrimonial e uma ampliação da ideia de patrimônio no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, v. I, Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio: notas para um balanço crítico. *Revista do Brasil*, n. 4, p. 32-43, 1985.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FISCHER, Luis Augusto. Reféns da modernistolatria. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro, n. 80, p. 61-64, mai. 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

_____. *História: Novos Objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

_____. *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1902)*. São Paulo: Editora UNESP; Moderna, 1997.

MALHANO, Clara E. S. M. de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Lucerna; FAPERJ, 2002.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, João José. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SARMIENTO, Domingo. *Facundo*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

SOUZA, Márcio. *Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil*. Cadernos do Nosso Tempo, Nova Série. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

Artigo recebido em 27 de novembro de 2015. Aprovado em 01 de março de 2016.